



Tiago VILLANUEVA✉<sup>1,2</sup>

Acta Med Port 2018 Jan;31(1):5-6 ▪ <https://doi.org/10.20344/amp.10277>

**Palavras-chave:** Edição; Portugal; Revistas

**Keywords:** Periodicals; Portugal; Publishing

Se 2017 foi um ano de transição para a Acta Médica Portuguesa, 2018 afigura-se como um ano de afirmação para uma publicação com aspirações a tornar-se a revista médica generalista mais influente em Portugal e no espaço Lusófono. Conforme tínhamos previsto, ultrapassámos em 2017 - pela primeira vez na história da Acta Médica Portuguesa - a marca das 1000 submissões (1069 para ser preciso<sup>1</sup>), oriundas sobretudo de Portugal mas também provenientes de outros três continentes. E não queremos ficar por aqui. Queremos publicar cada vez mais artigos, com maior relevância para a nossa audiência generalista, e com maior impacto a nível dos decisores e das políticas de saúde. A tarefa não se prevê fácil desde logo porque a nossa equipa *in-house*, inalterada desde 2012, se encontra sobrecarregada a gerir um volume de submissões cerca de quatro vezes superior a 2012. A gestão do volume crescente de solicitações por parte dos autores é uma tarefa complexa, pelo que agradecemos desde já a compreensão de todos face a eventuais demoras na resposta.

Por outro lado, aguardamos ainda luz verde da Ordem dos Médicos para contratarmos elementos fundamentais para a nossa equipa *in-house*, nomeadamente dois editores-chefes adjuntos e alguns editores associados, de forma a poder prestar um serviço de qualidade a tempo e horas.

Para avançarmos ao encontro de 2018, nada como começar o ano a publicar artigos que nos fazem refletir sobre o passado recente. Este mês contamos com uma Perspectiva de Luís Campos<sup>2</sup> que analisa o mais recente relatório da OCDE sobre os indicadores de saúde em Portugal, publicado no final do ano passado. Apesar de registarmos um desempenho muito razoável - tendo em conta um nível de despesa *per capita* inferior à média da OCDE - não nos podemos esquecer que persistem problemas significativos ao nível do acesso e qualidade dos cuidados de saúde, particularmente na população idosa. A título de exemplo, somos dos países da OCDE com maior taxa de prescrição de benzodiazepinas a idosos e com tempos de espera para cirurgia após fratura do colo do fémur a aumentar. Por outro lado, o número de anos de vida saudável depois dos 65 é significativamente inferior à média da OCDE (cerca de 10 anos inferior ao da Suécia), registando-se percentagens

elevadas de população idosa com algum tipo de incapacidade, o que nos coloca acima da média desse universo.

Na memória coletiva estão ainda bem presentes os incêndios que devastaram a região Centro de Portugal em junho e outubro de 2017, sobretudo por quem viveu a experiência na pele. Daí contarmos este mês com uma Perspectiva de Ana Sofia Carvalho e colegas,<sup>3</sup> que nos apresentam um relato carregado de emoção sobre a experiência que foi, a nível dos cuidados de saúde primários, atender as populações afetadas pelos incêndios na região de Viseu. Ficam as ilações de como a falta de organização, de recursos e de formação específica impedem uma resposta eficiente às populações afetadas por esses eventos.

Este mês, a publicação de dois artigos na secção “Perspectiva” foi intencional, refletindo também, além da nossa vontade de publicar cada vez mais artigos que acompanhem e sejam o reflexo de temas da atualidade, a nossa aposta neste tipo de artigo. Seria ótimo receber as vossas propostas e ideias de artigos para esta secção, que pretende ser um fórum de discussão e debate, onde a opinião se cruza com a evidência.

Em termos de novidades, publicamos pela primeira vez um protocolo, nomeadamente de uma revisão sistemática. Queremos encorajar a submissão de protocolos de revisões sistemáticas (bem como de outros tipos de estudos de investigação) em parte porque, no caso das revisões sistemáticas, a sua publicação tende a promover a transparência e qualidade das mesmas bem como da publicação correspondente.<sup>4</sup> A publicação de protocolos de estudos de investigação na AMP tem neste momento a vantagem de não serem cobradas taxas de *open access* aos autores, ao contrário de grande parte das revistas que os publicam.

Gostaria de apelar aos nossos leitores que se registem na nossa plataforma como revisores. Dispomos de um número de revisores muito aquém do desejável para cumprirmos o objetivo de diminuir o tempo de *turnaround* (período de tempo entre a submissão do artigo e o envio da decisão editorial) dos artigos, tendo em conta que uma das razões para os atrasos significativos no processamento de artigos submetidos à AMP é a dificuldade em conseguir revisões atempadas.

1. Editor-Chefe. Acta Médica Portuguesa. Lisboa. Portugal.

2. Médico de Família. Unidade de Saúde Familiar Reynaldo dos Santos. Póvoa de Santa Iria. Portugal.

✉ Autor correspondente: Tiago Villanueva. [tiago.villanueva@ordemdosmedicos.pt](mailto:tiago.villanueva@ordemdosmedicos.pt).

Recebido: 22 de janeiro de 2018 - Aceite: 22 de janeiro de 2018 | Copyright © Ordem dos Médicos 2018



Fica igualmente o pedido, aos atuais e futuros autores da AMP, para que sugiram revisores preferenciais (profissionais que considerem referências na vossa área) no momento da submissão, sendo muito provável que os nomes propostos não constem da nossa base de dados. Esta é uma prática comum nas grandes revistas médicas generalistas, tal como a dos autores sugerirem precisamente o oposto, isto é, revisores não-preferenciais (indivíduos que o autor considere, por alguma razão, que não reúnem condições para rever o artigo – situação comum entre grupos de investigação que disputam algum tipo de rivalidade). Apesar de haver evidência de que os revisores preferenciais tenderão a ser mais favoráveis aos artigos que revêm, comparativamente aos revisores não preferenciais,<sup>5</sup> face ao panorama atual descrito atrás - tal procedimento pode resultar em benefícios inequívocos na qualidade do serviço prestado pela AMP aos autores, competindo à equipa editorial ter em conta a subjetividade dos revisores no momento da tomada de decisão.

Se há pouco expliquei porque é uma boa ideia submeter protocolos à AMP, deixem-me também realçar outra das mais-valias da revista científica da Ordem dos Médicos: aproximamos de forma indireta os médicos uns dos outros, seja por estimularmos o debate (um artigo publicado num mês pode por exemplo gerar uma carta ao editor no mês seguinte) ou porque damos a conhecer o trabalho de médicos sediados numa determinada área do país a colegas da mesma especialidade - ou de outras - localizados em diferentes regiões, o que poderia não acontecer de outra forma. Esta partilha de conhecimentos e experiências resulta em inequívocos benefícios, não apenas na promoção de eventuais futuras parcerias e colaborações técnico-científicas, como também na harmonização da prática clínica. A AMP constitui-se desta forma como um meio de aproximação e união da classe médica em Portugal - ver isso a acontecer na prática é dos aspetos que mais me realiza nas minhas atuais funções.

## REFERÊNCIAS

1. Guimarães M, Villanueva T. Agradecimento aos revisores da Acta Médica Portuguesa. Acta Med Port. 2018;31:1-4.
2. Campos L. Uma perspetiva sobre o relatório da OCDE "Health at a glance 2017". Acta Med Port. 2018;31:9-11.
3. Carvalho AS, Marques S, Rosário F. E tudo o fogo queimou: vivências dos médicos de família após o grande incêndio de 15 de outubro de 2017. Acta Med Port. 2018;31:7-8.
4. Allers K, Hoffmann F, Mathes T, Pieper D. Systematic reviews with published protocols compared to those without: more effort, older search. J Clin Epidemiol. 2017 (in press).
5. Schroter S, Tite L, Hutchings A, Black N. Differences in review quality and recommendations for publication between peer reviewers suggested by authors or by editors. JAMA. 2006;295:314-7.